

# Assessora do MPF-TO quer ser indenizada por ter sido criticada

20/07/2022

Em uma demonstração de invulgar sensibilidade, uma assessora de comunicação da Procuradoria da República no Tocantins processa por danos morais a **Dublê Editorial**, editora da **ConJur**, e uma ex-repórter do **Anuário da Justiça**, também editado pela **Dublê**. O motivo: não gostou de ser criticada.

Divulgação/MPF



Sede da Procuradoria da República no Tocantins, na cidade de Palmas <sup>Divulgação/MPF</sup>

A autora pede R\$ 15 mil devido a uma sindicância instaurada pelo Ministério Público Federal para apurar sua conduta após a repórter Hylda Cavalcanti relatar um mau atendimento. A frágil assessora alega que houve denúncia caluniosa e ofensas graves à sua imagem.

Em 2020, a jornalista apresentou uma queixa à ouvidoria do MPF alegando que a assessora atendeu ao **Anuário** com preguiça e descaso. Isso porque a servidora estava ocupada demais para responder a uma desafiadora pergunta: quem era o novo procurador-chefe substituto no estado?

Em seguida, foi aberta uma sindicância para apurar possíveis irregularidades da assessora, mas o procedimento foi arquivado. O MPF não considerou possível atribuir conduta desrespeitosa, indolente ou mal-educada à servidora.

A assessora, então, partiu para a vingança. Alegando que já tinha dado a resposta anteriormente a outro repórter do **Anuário** e que deixou de atender às ligações da ré por estar ocupada, ela considerou uma boa ideia acionar o Judiciário brasileiro, como se este não tivesse nada mais importante para fazer.

A **Dublê** é representada pelo escritório **Fidalgo Advogados**.

**0020981-52.2021.8.27.2729**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jul-20/assessora-mpf-to-indenizada-abertura-sindicancia-2/>